



Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao **1º Grau** de Jurisdição

PLANO DE AÇÃO 2018-2020

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

MAIO DE 2020

COMPOSIÇÃO 2018-2020

A Portaria Conjunta 67 de 2018, designou os membros para compor o Comitê Gestor Regional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição – CRAP, com mandato de período coincidente ao da gestão bienal. Em junho de 2019, houve alteração da referida Portaria, por meio da Portaria Conjunta 62 de 2019.

Membros Titulares

Juiz de Direito Giordano Resende Costa

Magistrado indicado pelo Tribunal, que presidirá o Comitê

Juíza de Direito Gislaine Carneiro Campos Reis

Magistrado escolhido pelo Tribunal, dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Juiz de Direito Substituto Paulo Afonso Correia Lima Siqueira

Magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau

Servidora Kátia Santana de Souza Prates

Escolhida pelo Tribunal dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Servidor Alexandre José Tavernard Lima

Eleito por votação direta, dentre os servidores constantes da lista de inscritos

Membros Suplentes

Juiz de Direito Júlio Roberto dos Reis

Magistrado suplente indicado pelo Tribunal, que presidirá o Comitê na ausência do presidente titular

Juiz de Direito João Luís Fischer Dias *(alteração Portaria Conjunta 62 de 2019)*

Magistrado suplente escolhido pelo Tribunal dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Juíza de Direito Keila Cristina de Lima Alencar Ribeiro

Magistrada suplente eleita por votação direta entre os magistrados do primeiro grau, dentre os nomes constantes da lista de inscrição

Servidor Rafael Alcanfôr de Pinho Silva

Suplente escolhido pelo Tribunal dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Servidor Tiago Carneiro Rabelo

Suplente eleito por votação direta, dentre os servidores constantes da lista de inscritos

Participação das Associações

Juíza de Direito Yeda Maria Morales Sanchez

Magistrada indicada pela AMAGIS-DF

Servidor Saulo Ferreira Rocha

Indicado pela ASSEJUS- DF

PLANO DE AÇÃO 2018-2020

O Plano de Ação compreende **28 ações** pensadas para o atendimento dos objetivos de cada uma das **nove linhas** de atuação do Comitê, dispostas na Resolução 194 do CNJ:

- Alinhamento ao Plano Estratégico;
- Equalização da Força de Trabalho;
- Adequação Orçamentária;
- Infraestrutura e Tecnologia;
- Governança Colaborativa;
- Diálogo Social e Institucional;
- Prevenção e Racionalização de Litígios;
- Estudos e Pesquisas;
- Formação Continuada.

O Plano foi apresentado à Presidência do Tribunal em outubro de 2018, ocasião em que encaminhou-se o Ofício GPR 1233 ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ para ciência e acompanhamento. O assunto está sendo tratado no **PA SEI 0021895/2018**.

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

➤ **Linha de Atuação: Alinhamento ao Plano Estratégico**

Objetivo: Alinhar o Plano Estratégico do Tribunal aos objetivos e linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, de modo a orientar seus programas, projetos e ações.

Ação APE1 – Pleitear a inclusão de um membro representante do Comitê de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição – CRAP na composição da Comissão Permanente da Execução do Plano Estratégico – CPAEPE*

▪ PA SEI 0019899/2018

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP e CGGE	11/2018	<p>Concluída.</p> <p>O pleito foi apreciado na 4ª Reunião de Análise da Estratégia, em 29/11/2018.</p> <p>Após a análise, os membros do CGGE deliberaram no sentido de aguardar a reestruturação dos Comitês com o Programa de Implementação da Governança Institucional.</p> <p>Portaria Conjunta 35 de 2019: O CGGE reunir-se-á semestralmente com representantes dos comitês de apoio à governança, a fim de promover o alinhamento institucional das deliberações desses comitês.</p>

***Obs.:** Com a instituição da Política de Governança Institucional, [Resolução 2 de 2019](#), a CPAEPE foi revista e passou atuar como Comitê de Governança e Gestão Estratégica – CGGE, instituído pela Portaria Conjunta 35 de 2019.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Ação APE2 – Solicitar ao CGGE a elaboração de critério de priorização de projetos que considere os benefícios relativos ao Primeiro Grau de Jurisdição.

▪ **PA SEI 0019899/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, CGGE e SEPG	11/2018	<p>Concluída.</p> <p>O pedido foi apreciado na 4ª Reunião de Análise da Estratégia, em 29/11/2018.</p> <p>Após a análise, os membros do CGGE aprovaram o pleito quanto a elaboração de critérios de priorização de projetos estratégicos benéficos ao 1º grau de jurisdição.</p>

Ação APE3 – Acompanhar o desenvolvimento e sugerir requisitos para a execução do Projeto de Criação do Cartório do Futuro.

▪ **PA SEI DO PROJETO 9894/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, SEPG e Corregedoria	4/2020	<p>Concluída.</p> <p>O projeto estratégico foi concluído.</p> <p>Publicação da Portaria Conjunta 94 de 23 de agosto de 2018.</p>

Outras publicações, após a conclusão do projeto:


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Portaria Conjunta 135 de 13 de dezembro de 2018: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único – 1ª à 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Portaria Conjunta 16 de 14 de fevereiro de 2019: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único - 5ª à 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal;

Portaria Conjunta 57 de 28 de maio de 2019: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único - Varas Cíveis e Varas de Família e de Órfãos e Sucessões de Águas Claras;

Portaria Conjunta 69 de 21 de junho de 2019: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único - Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais de Brasília.

Portaria Conjunta 15 de 19 de fevereiro de 2020: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único – 1ª à 5ª Vara Cível de Brasília.

Ação APE4 – Monitorar e fomentar os projetos estratégicos cujos resultados impactem positivamente na atuação do Primeiro Grau de Jurisdição.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP e SEPG	4/2020	<p>Concluído.</p> <p>O <i>Portfólio</i> Estratégico possui 19 projetos com impacto no Primeiro Grau e pode ser acompanhado no link.</p> <p>Mais informações podem ser consultadas também no RELBI 2018-2020 e no Caderno de Ações Resultados da gestão.</p>

Linha de Atuação: Equalização da Força de Trabalho

Objetivo: Equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos.

Ação EFT1 – Monitorar o cumprimento da Resolução 219/2016.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

 ▪ **PA SEI 0022758/2018**

Solicitação: O Comitê solicitou à Administração Superior a disponibilização de cronograma para cumprimento da referida Resolução, bem como indicação de quais providências estão sendo tomadas e esclarecimentos sobre a existência de estudos para o seu cumprimento. Foi anexado ao processo análise sobre o cumprimento da referida Resolução com base nos dados estatísticos do Justiça em Números, elaborado pelo Serviço de Planejamento e Análise Estatística – SERPAE, vinculado à Secretaria Planejamento e Gestão Estratégica - SEPG.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG e SEPG	4/2020	Em andamento

O Plano Estratégico de Gestão de Pessoas possui uma iniciativa que contempla as ações relacionadas a aplicação da Resolução CNJ 219/2016, a saber: Aprimorar a metodologia de dimensionamento, movimentação e gestão da força de trabalho.

Essa iniciativa prevê um projeto que tem como objetivo aprimorar a metodologia de dimensionamento das unidades judiciais utilizada atualmente em atendimento à Resolução 219. O projeto está em fase de execução com duas entregas efetuadas: estruturação do grupo de trabalho responsável pela definição do processo de gestão do dimensionamento da força de trabalho no 2º grau; Lotação de referência das unidades de apoio definida e publicada; Situação de servidores excedentes nas unidades de apoio regularizada; Publicação de Portaria regulamentando a lotação de referência das unidades organizacionais das áreas Apoio Direto e Apoio Indireto das Unidades Judiciárias do TJDFT (Portaria GPR 990 de 29/05/2019); Publicação da Portaria GPR 2142 de 2019 que dispõe sobre as regras de utilização do sistema de cadastro de interesse de movimentação – Permuta e Remoção – de servidores do Tribunal. Na data da publicação do ato, o *link* para acesso ao sistema de cadastro e à lista de inscritos foi disponibilizada na intranet.

O CNJ instituiu, por meio da Portaria CNJ 88 de 2019, o Prêmio CNJ de Qualidade, antigo Selo Justiça em Números, que visa estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações; e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional. O desempenho dos tribunais será avaliado com base em critérios distribuídos em três eixos temáticos: Governança, Produtividade, e Transparência e Informação. Há o requisito “Ter implantado a Resolução CNJ nº 219 de 2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus”.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Ação EFT2 – Sugerir à Administração Superior a transformação de cargos de auxiliar judiciário em cargos de analistas ou técnicos à medida que ficarem vagos.

▪ **PA SEI 0022758/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	4/2020	Em andamento

Em relação às ações propostas que sugerem transformação de cargos contidas nas Ações EFT2 e EFT4, impende informar que o instituto da transformação de cargos somente pode se concretizar mediante a edição de Lei federal. De fato, tal medida vem sendo adotada há bastante tempo, o que resultou na significativa redução no número de cargos de Auxiliar Judiciário, que atualmente totaliza 27 (vinte e sete) cargos, sendo 24 (vinte e quatro) providos e 3 (três) vagos. A mais recente Lei de transformação de cargos, Lei n. 13.048/2014, publicada em 03 de dezembro de 2014, transformou 9 (nove) cargos de Auxiliar Judiciário em um cargo de Técnico Judiciário e dois cargos de Analista Judiciário.

Considerando a diferença na remuneração dos cargos de Auxiliar, Técnico e Analista Judiciário, recomenda-se aguardar até que um número maior de cargos vagos de Auxiliar Judiciário esteja disponível a fim de que não haja aumento de despesa em decorrência da transformação, o que, na prática, inviabilizaria a aprovação e sanção da Lei.

A administração superior pode ainda alterar discricionariamente as áreas e especialidades dos cargos vagos, mediante edição de portarias, medida que igualmente vem sendo adotada há muitas gestões, no sentido de incremento nos cargos de livre movimentação e aqueles que podem ser localizados prioritariamente na área judicante.

Cabe salientar ainda que a Resolução 2/2000 determina a alteração automática de cargos vagos, cujas atribuições se tornaram obsoletas no decorrer do tempo. Existem 3 (três) cargos de Auxiliar Judiciário e 1 (um) cargo de Técnico Judiciário aguardando destinação de área e especialidade (informação atualizada em março de 2020). Tal destinação obedece a decisão discricionária da administração superior que poderá, nesse mesmo diapasão, optar por cargos que impulsionem a atividade judicante.

Ação EFT3 – Atuar pela observação da Resolução CNJ 219/2016 nos provimentos, seleções internas e eventuais movimentações, a fim de garantir o seu cumprimento.

▪ **PA SEI 0022758/2018**


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Solicitação: O Comitê sugeriu à Administração Superior que estabeleça normatização que determine a prévia observação do grau de cumprimento da Resolução 219/2016, quando houver movimentação ou provimento de novos servidores por concurso público. No mesmo ato, foi proposto que seja criado mecanismo de bloqueio de movimentação de servidores do primeiro grau para o segundo grau sem permuta, enquanto não houver o cumprimento dos percentuais da Resolução.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG, SEPG e SERH	4/2020	Em andamento

Vide as atualizações na Ação EFT1.

Ação EFT4 – Apresentar sugestão de transformação de cargos, incremento e instalação de unidades da atividade psicossocial, com equipe multidisciplinar, ligadas às jurisdições cíveis, de família, criminais e de violência doméstica.

▪ **PA SEI 0022758/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP e SEG	4/2020	Em andamento. PA em andamento para tratar sobre o assunto.

As respostas apresentadas no PA foram levadas ao conhecimento dos membros do Comitê na reunião realizada no dia 7 de agosto de 2019.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

➤ **Linha de Atuação: Adequação Orçamentária**

Objetivo: Garantir orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciárias de primeira instância, bem como adotar estratégias que assegurem excelência em sua gestão.

Ação AO1 – Solicitar a atualização do normativo que dispõe sobre a instituição do Comitê Orçamentário do Primeiro Grau.

▪ **PA SEI 0020711/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	12/2018	Concluído Publicada a Portaria Conjunta 114 de 09 de outubro de 2018 1ª reunião realizada em 10/4/2019


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

➤ **Linha de Atuação: Infraestrutura e Tecnologia**

Objetivo: Prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários.

Ação IT1 – Acompanhar a expansão da gravação de audiências no primeiro grau de jurisdição.

▪ **PA SEI DO PROJETO GRAVAÇÃO DIGITAL DE AUDIÊNCIAS 1002406/2016**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação	Orçamentário
CRAP	CRAP, Corregedoria e SEPG	4/2020	Concluído O projeto está com 99% de realização, conforme Relatório de Execução do Portfólio Estratégico .	Estimativa 2020 R\$502.700,23

As instalações de kits e sistema DRS nas salas de audiências foram interrompidas, em razão da Portaria GPR 584 de 20 de março 2020, que estabeleceu medidas preventivas temporárias para a redução de riscos de contaminação pelo Coronavírus no âmbito do TJDFT.

Ação IT2 – Sugerir a criação de canal de participação de magistrados e servidores para a proposição de melhorias em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

▪ **PA SEI 0019892/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, SEG e CGTI	4/2020	Em andamento Demanda encaminhada ao CGTIC.

Ação IT3 – Consultar a Secretaria Geral do Tribunal sobre a compatibilidade da infraestrutura de redes e energia (geradores) de todos os fóruns para a instalação do Processo Judicial Eletrônico – PJE.

- **PA SEI 0019896/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, SEG e CGTI	11/2018	<p>Concluída</p> <p>Despacho SEAP/SEG:</p> <p>Conforme manifestação das áreas técnicas no processo, todos os fóruns que atuam com PJe possuem infraestrutura de rede de energia elétrica dotada de equipamentos de nobreak e grupos geradores que garantem a continuidade dos serviços referentes aos processos eletrônicos.</p> <p>Foi informado ainda os procedimentos adotados de manutenção preventiva por meio de acompanhamento dos contratos junto às empresas responsáveis para manter o bom funcionamento dos aparelhos.</p>

➤ **Linha de Atuação: Governança Colaborativa**

Objetivo: Promover a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais.

Ação GC1 – Monitorar a execução do Programa de Implantação da Governança Organizacional do TJDFT, prioritariamente quanto a questões atinentes ao primeiro grau de jurisdição.

▪ **PA SEI DO PROGRAMA 11240/2017**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação	Orçamentário
CRAP	CRAP e SEPG	4/2020	Concluído. O Programa está com 53% de execução, conforme Relatório de Execução do Portfólio Estratégico .	Estimativa 2020 R\$500.000,00 Aquisição de ferramenta

Entregas efetuadas:

- Gestão do Programa de Governança Institucional:
 - » Capacitação dos Gestores em Governança Institucional;
 - » Grupo de Trabalho da Governança Institucional;
 - » Plano de Comunicação.
- Liderança:
 - » Sistema e Política de Governança Institucional;
 - » Instituição do Comitê de Governança e Gestão Estratégica – CGGE.
- Accountability:
 - » Carta de Serviço;
 - » Projeto de Implantação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna – IA-CM no TJDFT: em planejamento.
- Governança e Gestão de Pessoas:
 - » Sistema e Política de Governança de Pessoas;
 - » Plano Estratégico de Gestão de Pessoas – PEGP (elaboração e validação);
 - » Plano de Ação da Saúde do TJDFT (elaboração e validação).

➤ **Linha de Atuação: Diálogo Social e Institucional**

Objetivo: Incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Ação DSI1 – CITAFIRMA: Estimular o cadastramento de empresas públicas e privadas, por meio de convênio, para aumentar o número de citações e intimações eletrônicas via PJE.

▪ **PA SEI 0020546/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria e CRAP	9/2018	Concluído Publicada a Portaria GC 140/2018 e acompanhamento por meio do PA SEI 10621/2018.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

➤ **Linha de Atuação: Prevenção e racionalização de litígios**

Objetivo: Adotar medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau.

Ação PRL1 – Promover o acompanhamento dos resultados dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUSCs, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania de Família – CEJUSC-FAM, e dos Centros Judiciários de Justiça Restaurativa – CEJURES em todas as circunscrições judiciárias.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, 2 VP, NUPEMEC e SEPG	4/2020	Concluído. As diversas ações e resultados referentes aos CEJUSCs podem ser consultados no RELBI 2018-2020 , no Caderno de Ações Resultados da gestão e no Relatório de Execução do Portfólio Estratégico .

Ação PRL2 – Fomentar a edição de súmulas administrativas e jurisdicionais para garantir a celeridade, uniformidade e tratamento adequado às demandas repetitivas.

▪ **PA SEI 0022451/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, 1 VP, SEG	4/2020	Concluído. A Comissão de Jurisprudência informou no PA as ações que estão sendo tomadas no âmbito do TJDFT.

Ação PRL3 – Sugerir a adoção de medidas tendentes à padronização de procedimentos cartorários, com a indicação de fluxos modelos para eventual normatização e criação de uma identidade visual dos documentos.

▪ **PA SEI 0022454/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria, CRAP e SEPG	4/2020	Concluído Considerando as observações feitas pela área de Tecnologia, a Corregedoria expediu uma recomendação para que a citação de empresas parceiras no PJe sejam realizadas mediante decisão com força de mandado, com o uso dos modelos aprovados no PA 22454/2018.

➤ **Linha de Atuação: Estudos e Pesquisas**

Objetivo: Promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões.

Ação EP1 – Propor a realização de estudo para atualizar o modelo de cartório judicial dos juízos que não serão contemplados pelo cartório do futuro.

▪ **PA SEI 0022446/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	4/2020	Em andamento.

A atual gestão do Tribunal, biênio 2020-2022, está avaliando o modelo do Cartório Judicial Único – CJU, bem como a situação dos demais juízos.

Publicações:

Portaria Conjunta 135 de 13 de dezembro de 2018: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único – 1ª à 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Portaria Conjunta 16 de 14 de fevereiro de 2019: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único - 5ª à 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal;

Portaria Conjunta 57 de 28 de maio de 2019: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único - Varas Cíveis e Varas de Família e de Órfãos e Sucessões de Águas Claras;

Portaria Conjunta 69 de 21 de junho de 2019: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único - Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais de Brasília.

Portaria Conjunta 15 de 19 de fevereiro de 2020: Dispõe sobre a implantação do Cartório Judicial Único – 1ª à 5ª Vara Cível de Brasília.

Ação EP2 – Solicitar e monitorar a realização de estudos para racionalização dos espaços físicos destinados à implantação dos novos cartórios do futuro.

- **PA SEI 0022446/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria, CRAP e SEG	4/2020	Em andamento. A atual gestão do Tribunal, biênio 2020-2022, está avaliando o modelo do Cartório Judicial Único – CJU, bem como a situação dos demais juízos.

Ação EP3 – Solicitar à Administração Superior estudos sobre a viabilidade de instalação do cartório do futuro em unidades judiciárias de competências diversas.



ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

▪ **PA SEI 0022446/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	4/2020	Em andamento. A atual gestão do Tribunal, biênio 2020-2022, está avaliando o modelo do Cartório Judicial Único – CJU, bem como a situação dos demais juízos.

Ação EP4 – Estimular a realização de estudos acerca do impacto do PJE em relação ao quantitativo de força de trabalho.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG, SEPG, SERH e CGTI	4/2020	Em andamento. Em maio de 2019 a SEG informou todas as ações que estão sendo realizadas acerca desse assunto.

Ação EP5 – Fomentar a realização de estudos acerca da continuidade dos sistemas legados, considerando a adoção do PJE.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG e CGTI	4/2020	Em andamento. O Programa de Modernização e Convergência de Sistemas Judiciais e Administrativos

está com 30% de execução, e os principais resultados do programa podem ser consultados no Relatório de Execução do *Portfólio* Estratégico.

Ação EP6 – Solicitar e monitorar o mapeamento das competências necessárias à atuação em unidades judiciais e de tecnologia, considerando as alterações nos processos de trabalho decorrentes da adoção do PJE.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, Corregedoria, CRAP, SEG e SERH	4/2020	Em andamento. O Projeto de Atualização do Modelo de Gestão por Competências está com 51% de execução, e os principais resultados do projeto podem ser consultados no <u>Relatório de Execução do <i>Portfólio</i> Estratégico</u> .

Ação EP7 – Solicitar o desenvolvimento de leiautes que sejam compatíveis com cartórios que trabalhem somente com PJE, atentando-se para a necessidade da manutenção de espaço destinado aos juízes de direito substitutos que tenham lotação fixa.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, Corregedoria, SEG e SEAP	4/2020	Em andamento. Em maio de 2019 a SEG informou todas as ações que estão sendo

realizadas acerca desse assunto.

Em abril de 2020 foi instituído o Comitê Gestor de Ocupação de Espaços Físicos do TJDFT, por meio da Portaria GPR 770/2020, com o objetivo de decidir a ocupação de espaços físicos e a alteração de leiautes - que implique ampliação ou redução de área - nas edificações do Tribunal

➤ **Linha de Atuação: Formação Continuada**

Objetivo: Fomentar a capacitação continuada de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do primeiro grau de jurisdição.

Ação FC1 – Incentivar a construção participativa do plano de capacitação da Escola de Formação Judiciária.

▪ **PA SEI 0019904/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP e Escola	4/2020	Concluída

Despacho SEEF (outubro de 2018): Para o planejamento do ano vindouro, no que diz respeito ao 1º grau, a Escola está revisitando a pesquisa aplicada em todo o Tribunal em 2017. O estudo, realizado na intranet, oportunizou a todos os magistrados e servidores, além de identificar desafios/problemas que impactam no trabalho, sugerir os conhecimentos que poderiam ajudar a melhorar o desempenho. A riqueza de dados obtidos para os servidores da área fim, conforme anexo, levou a Escola a priorizar a oferta dos temas em 2018, uma vez que os resultados obtidos ultrapassaram a


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

capacidade de execução da Escola tanto pela quantidade como pela especificidade dos temas.

Neste momento, estamos retornando a esses dados para verificar o que poderá ser tratado em 2019. Além disso, e para atualizar o estudo, a Escola realizou três oficinas com servidores (gestores, não gestores, servidores de diferentes varas, juizados, unidades administrativas, novatos e em final de carreira) e uma com magistrados. Por meio da metodologia do World Café, os participantes foram levados a refletir e debater sobre como construir um Tribunal que melhor atenda as demandas da sociedade contemporânea e que capacitação pode contribuir nesse processo. O resultado das oficinas encontra-se em fase de análise.

Diante do exposto, consideramos que a Escola possui dados consistentes e suficientes para realizar um planejamento que atenda às necessidades do corpo funcional do Tribunal. Não obstante, a Escola está aberta para receber sugestões desse Comitê, até o dia 30 de outubro, de temas prioritários para a capacitação daqueles que atuam no 1º grau de jurisdição.

Ação FC2 – Fomentar a realização de capacitação contínua dos servidores e magistrados, observando a lacuna de competências proveniente da adoção do PJE.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria, CRAP, SERH e Escola	4/2020	Concluído.

▪ **Ações educacionais promovidas pela Escola de Formação Judiciária:**

Quando da implantação do PJE, procurou compreender o novo cenário de trabalho para prover a capacitação adequada. Para tanto, a Escola analisou insumos, fez entrevistas com servidores e conversou com gestores da área de RH e da administração superior. A interpretação feita à época foi a de que os procedimentos e rotinas cartorárias permaneceram e que a mudança foi na adoção do sistema. Com isso, foi dado todo apoio à implantação do PJE, em consonância com o seu cronograma. Dessa forma, os dados informados para essa ação se restringem ao desenvolvimento de competências para o uso do sistema PJE.

ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

FC2 - Fomentar a realização de capacitação contínua dos servidores e magistrados, observando a lacuna de competências proveniente da adoção do PJE.

Solução Educacional	Nº de turmas	Nº total Participações
CURSO A DISTÂNCIA PJE	32	761
CURSO A DISTÂNCIA PJE - JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	5	109
CURSO A DISTÂNCIA PJE 2.0 - VARAS DE NATUREZA CÍVEL	1	17
CURSO A GESTÃO DOS CARTÓRIOS CÍVEIS NA PERSPECTIVA DO PJE	1	29
CURSO A GESTÃO DOS CARTÓRIOS CRIMINAIS NA PERSPECTIVA DO PJE	1	30
CURSO CERTIFICAÇÃO DE DIRETORES DE SECRETARIA - MÓDULO III - PROVIMENTO E SISTEMAS CÍVEIS	5	64
CURSO CERTIFICAÇÃO DE DIRETORES DE SECRETARIA - MÓDULO III - PROVIMENTO E SISTEMAS CRIMINAIS	4	56
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS	1	1
CURSO PJE - CÍVEL E CRIMINAL	1	23
CURSO PJE - JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BRASÍLIA	1	22
CURSO PJE - JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BRASÍLIA - MAGISTRADOS	2	19
CURSO PJE - ROTINAS CARTORÁRIAS DE 1º E 2º GRAU - PERFIL NUPLA	1	23
CURSO PJE CÍVEL E CRIMINAL	1	13
CURSO PJE CRIMINAL	4	81
CURSO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - CONSELHO ESPECIAL	1	16
FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES - CURSO ESPECÍFICO CÍVEL	1	29
FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES - MÓDULO BÁSICO	2	141
PALESTRA TELETRABALHO COM PJE É BOM E COM SAÚDE É AINDA MELHOR!	1	44
PORTAL PJE MÍDIAS, REPOSITÓRIO NACIONAL DE MÍDIAS PARA O SISTEMA PJE	1	1
Total Geral	66	1479

Ação FC3 – Solicitar o desenvolvimento e disponibilização contínua de cursos de mediação e conciliação.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	2 VP, CRAP, Escola	4/2020	Concluído.

▪ **Ações educacionais promovidas pela Escola de Formação Judiciária:**

FC3 – Solicitar o Desenvolvimento e disponibilização contínua de cursos de mediação e conciliação

Solução Educacional	Nº de Turmas	Participações
1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA	1	4
2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA: CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	1	2
CONGRESSO INTERNACIONAL DO FONAMEC	1	2
CURSO DE FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SISTÊMICA - MÓDULO I	1	3
CURSO INTERMEDIÁRIO EM COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	1	31
CURSO INTRODUTÓRIO EM COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	4	138
CURSO JUSTIÇA RESTAURATIVA CURSOS PRÁTICOS E WORKSHOP TEÓRICO	1	2
CURSO JUSTIÇA RESTAURATIVA: FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E VALORES	1	4
CURSO PAZ SOCIAL	2	38
CURSO SEMIPRESENCIAL EXPERIÊNCIA DE PAZ E TÉCNICAS DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA ATIVIDADE JURÍDICA	1	30
GESTÃO DE CEJUSC, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	1	2
I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS	1	1
I SIMPÓSIO NACIONAL DE MELHORES PRÁTICAS EM SOLUÇÃO DE CONFLITOS	1	1


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE RONDÔNIA	2	2
II SIMPÓSIO NACIONAL DE MELHORES PRÁTICAS EM SOLUÇÃO DE CONFLITOS	1	2
PALESTRA A EXPERIÊNCIA AMERICANA NA JUSTIÇA RESTAURATIVA	1	139
PALESTRA EXPERIÊNCIAS SENSÍVEIS NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	1	49
PALESTRA GESTÃO EM HARMONIA	1	127
PALESTRA HARD LAW VS SOFT LAW: UM RETRATO DO DIREITO EM 2038?	1	117
PALESTRA OS DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS IMPACTOS NO SISTEMA DE JUST	1	130
VIII FÓRUM NACIONAL DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO - FONAMEC	2	10
WEBINAR EXPERIÊNCIAS SENSÍVEIS NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	1	38
WORKSHOP INOVAÇÕES NA JUSTIÇA: O DIREITO SISTÊMICO COMO MEIO DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS	1	1
WORKSHOP PEACE OPERATIONS AND PEACE AGREEMENTS: EXPERIENCES FROM THE GLOBAL SOUTH	1	1
Total Geral	30	874

- Ações promovidas ou que contaram com a participação das unidades da Segunda Vice-Presidência, voltadas ao público interno e à sociedade, tais como: cursos, oficinas, seminários, palestras, mesas-redondas, audiências públicas, formação de grupos reflexivos para homens, dentre outros:

AÇÕES		CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO
2018	Número de ações de capacitação	143
	Quantidade de pessoas atingidas	3.960


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

2019	Número de ações de capacitação	220
	Quantidade de pessoas atingidas	5.115

Ação FC4 – Solicitar o desenvolvimento de treinamento periódico voltado aos servidores lotados nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUSCs, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania de Família – CEJUSC-FAM, e dos Centros Judiciários de Justiça Restaurativa – CEJURES.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	2 VP, CRAP, Escola	4/2020	Concluído.

▪ **Ações educacionais promovidas pela Escola de Formação Judiciária:**

FC 4 – Solicitar o desenvolvimento de treinamento periódico voltado aos servidores lotados nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUSCs, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania de Família – CEJUSC-FAM, e dos Centros Judiciários de Justiça Restaurativa – CEJURES

Soluções Educacionais / lotação à época da capacitação	Nº de participações
CEJURES	68
1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA	2
CICLO DE LIDERANÇA - PALESTRA AUTORRESPONSABILIDADE: ENSINAR OU ESTIMULAR?	1
CICLO DE LIDERANÇA - PALESTRA ESTRATÉGIAS DE PRODUTIVIDADE	1
CICLO DE LIDERANÇA - PALESTRA MAPAS MENTAIS: UMA FERRAMENTA SIMPLES E EFICAZ	1
CURSO A DISTÂNCIA DIALOGANDO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA	2


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

CURSO A DISTÂNCIA ÉTICA, MORAL E DISCIPLINA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1
CURSO A DISTÂNCIA FORMAÇÃO DE FORMADORES - MÓDULO 2	1
CURSO A DISTÂNCIA NIVELAMENTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	9
CURSO A DISTÂNCIA O EMPREGO DA VÍRGULA EM 4 LIÇÕES	1
CURSO A DISTÂNCIA PJE	2
CURSO A DISTÂNCIA REGIMENTO INTERNO DO TJDFT E PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA	1
CURSO A DISTÂNCIA SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	1
CURSO A DISTÂNCIA TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE SENTENÇAS CÍVEIS	2
CURSO A DISTÂNCIA TEORIA E PRÁTICA DOS PRECEDENTES	1
CURSO A DISTÂNCIA TÓPICOS DE SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	1
CURSO DELEGAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES	1
CURSO INTERMEDIÁRIO EM COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	2
CURSO INTRODUTÓRIO EM COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	3
CURSO PAZ SOCIAL	1
CURSO SEMIPRESENCIAL DESAFIOS DO LÍDER NA GESTÃO DE PESSOAS	1
CURSO SEMIPRESENCIAL EXPERIÊNCIA DE PAZ E TÉCNICAS DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA ATIVIDADE JURÍDICA	6
CURSO SEMIPRESENCIAL FORMAÇÃO INICIAL DE FORMADORES	1
CURSO VIOLÊNCIA SEXUAL: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A NEUROCIÊNCIA	1
OFICINA MAPAS MENTAIS: UMA FERRAMENTA SIMPLES E EFICAZ	1
PALESTRA A EXPERIÊNCIA AMERICANA NA JUSTIÇA RESTAURATIVA	10
PALESTRA CONSCIÊNCIA AUTOCURATIVA: 7 PASSOS EM DIREÇÃO À CURA	2
PALESTRA OS DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS IMPACTOS NO SISTEMA DE JUST	6


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

V SEMINÁRIO DE JUSTIÇA CRIMINAL	3
WEBINAR TRANSFORMAÇÃO CULTURAL	1
WEBINÁRIO 1 - MINDSET: SER OU NÃO SER? EIS A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE!	1
WEBINÁRIO 2 - MINDSET: INOVAÇÃO E LIDERANÇA EMPREENDEDORA	1
CEJUSC-FAM	17
CURSO A DISTÂNCIA NIVELAMENTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	2
CURSO A DISTÂNCIA TELETRABALHADOR	1
CURSO APERFEIÇOAMENTO EM TÉCNICAS DE FEEDBACK PARA SUPERVISÃO	2
CURSO INTRODUTÓRIO EM COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	1
CURSO VIOLÊNCIA SEXUAL: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A NEUROCIÊNCIA	1
PALESTRA A EXPERIÊNCIA AMERICANA NA JUSTIÇA RESTAURATIVA	2
PALESTRA EXPERIÊNCIAS SENSÍVEIS NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	2
PALESTRA GESTÃO EM HARMONIA	4
PALESTRA HARD LAW VS SOFT LAW: UM RETRATO DO DIREITO EM 2038?	2
CEJUSCS	471
CICLO DE LIDERANÇA - PALESTRA AUTORRESPONSABILIDADE: ENSINAR OU ESTIMULAR?	1
CICLO DE LIDERANÇA - PALESTRA ESTRATÉGIAS DE PRODUTIVIDADE	4
CICLO DE LIDERANÇA - PALESTRA MAPAS MENTAIS: UMA FERRAMENTA SIMPLES E EFICAZ	7
CICLO DE LIDERANÇA - PALESTRA TRABALHO COLABORATIVO À DISTÂNCIA	1
COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM - LIDERANÇA E GESTÃO DE PESSOAS	2


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM LIDERANÇA E INOVAÇÃO	1
CONGRESSO INTERNACIONAL DO FONAMEC	1
CURSO A DISTÂNCIA DIALOGANDO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA	2
CURSO A DISTÂNCIA ÉTICA, MORAL E DISCIPLINA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5
CURSO A DISTÂNCIA EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO	6
CURSO A DISTÂNCIA INTRODUÇÃO À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL APLICADO À REALIDADE DO TJDFT	1
CURSO A DISTÂNCIA NIVELAMENTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	65
CURSO A DISTÂNCIA O EMPREGO DA VÍRGULA EM 4 LIÇÕES	1
CURSO A DISTÂNCIA PJE	2
CURSO A DISTÂNCIA REGIMENTO INTERNO DO TJDFT E PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA	12
CURSO A DISTÂNCIA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA	2
CURSO A DISTÂNCIA SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - AUTOINSTRUCIONAL	4
CURSO A DISTÂNCIA TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE SENTENÇAS CÍVEIS	4
CURSO A DISTÂNCIA TEORIA E PRÁTICA DOS PRECEDENTES	3
CURSO A DISTÂNCIA TÓPICOS DE SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	6
CURSO APERFEIÇOAMENTO EM TÉCNICAS DE FEEDBACK PARA SUPERVISÃO	34
CURSO AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	1
CURSO AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA - TURMA I	1
CURSO CERTIFICAÇÃO DE DIRETORES DE SECRETARIA - MÓDULO I - PROCEDIMENTOS CÍVEIS	2
CURSO CERTIFICAÇÃO DE DIRETORES DE SECRETARIA - MÓDULO II - GESTÃO CARTORÁRIA CÍVEL	1


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

CURSO CERTIFICAÇÃO DE DIRETORES DE SECRETARIA - MÓDULO III - PROVIMENTO E SISTEMAS CÍVEIS	1
CURSO COMUNICAÇÃO E FEEDBACK	6
CURSO CONHECENDO O DESIGN THINKING - TURMA 1	7
CURSO CONHECENDO O DESIGN THINKING - TURMA 2	8
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE FORMADORES - MÓDULO EAD	1
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE FORMADORES - MÓDULO PRESENCIAL	1
CURSO DIREITO CONSTITUCIONAL - TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	5
CURSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL - OS PROCEDIMENTOS CÍVEIS EM MOVIMENTO	1
CURSO FACILITAÇÃO DE PROCESSOS CIRCULARES	1
CURSO GESTÃO DE CONFLITOS PARA EQUIPES DE ALTO DESEMPENHO	3
CURSO INTERMEDIÁRIO EM COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	5
CURSO INTRODUTÓRIO EM COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	30
CURSO MEDIA TRAINING: O JUIZ NO CONTEXTO MIDIÁTICO	2
CURSO NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	2
CURSO NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1
CURSO NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	1
CURSO OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E O NOVO CPC	2
CURSO PAZ SOCIAL	5
CURSO SEMIPRESENCIAL DE FORMAÇÃO INICIAL DE FORMADORES	1
CURSO SEMIPRESENCIAL DESAFIOS DO LÍDER NA GESTÃO DE PESSOAS	6
CURSO SEMIPRESENCIAL DESAFIOS DO LÍDER NA GESTÃO DE PESSOAS - EAD	2
CURSO SEMIPRESENCIAL DESAFIOS DO LÍDER NA GESTÃO DE PESSOAS - PRESENCIAL	2


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

CURSO SEMIPRESENCIAL DIREITO, POLÍTICAS E LINGUAGEM: A Tensa Relação entre o Desejo e a Possibilidade	1
CURSO SEMIPRESENCIAL EXPERIÊNCIA DE PAZ E TÉCNICAS DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA ATIVIDADE JURÍDICA	4
CURSO SEMIPRESENCIAL FORMAÇÃO INICIAL DE FORMADORES	5
CURSO SEMIPRESENCIAL TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE SENTENÇAS CÍVEIS	1
CURSO SUICÍDIO X HOMICÍDIO: A CRIMINALÍSTICA DA CONDUTA SUICIDA	2
CURSO TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE RELATÓRIO, VOTO E EMENTAS CRIMINAIS	1
CURSO TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE SENTENÇAS CRIMINAIS	1
CURSO VIOLÊNCIA SEXUAL: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A NEUROCIÊNCIA	2
FINANÇAS PESSOAIS - PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO PARA O BEM-ESTAR FINANCEIRO	1
FORMAÇÃO DE FORMADORES EM PREVENÇÃO DE CONFLITOS E GESTÃO DE PRECEDENTES	1
GESTÃO DE CEJUSC, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	2
I ENCONTRO DE GOVERNANÇA, AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS: UM NOVO CONTEXTO	1
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE RONDÔNIA	1
MÓDULO I - PROCEDIMENTOS CÍVEIS - EAD	2
MÓDULO I - PROCEDIMENTOS CÍVEIS - PRESENCIAL	2
MÓDULO II - GESTÃO CARTORÁRIA CÍVEL - EAD	1
MÓDULO II - GESTÃO CARTORÁRIA CÍVEL - PRESENCIAL	1
MÓDULO III - PROVIMENTO E SISTEMAS INFORMATIZADOS CÍVEIS - EAD	1
MÓDULO III - PROVIMENTO E SISTEMAS INFORMATIZADOS CÍVEIS - PRESENCIAL	1


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

PALESTRA 17 PASSOS PARA MELHORAR O MUNDO - CASE DO MAIOR EVENTO LIXO ZERO DO PLANETA	1
PALESTRA A EXPERIÊNCIA AMERICANA NA JUSTIÇA RESTAURATIVA	12
PALESTRA CONSCIÊNCIA AUTOCURATIVA: 7 PASSOS EM DIREÇÃO À CURA	3
PALESTRA EXPERIÊNCIAS SENSÍVEIS NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	14
PALESTRA FRAUDES PROCESSUAIS E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PROCESSOS ELETRÔNICOS	2
PALESTRA GESTÃO EM HARMONIA	60
PALESTRA GESTÃO SEM ANSIEDADE: COMO EVITAR O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO	1
PALESTRA HARD LAW VS SOFT LAW: UM RETRATO DO DIREITO EM 2038?	31
PALESTRA HUMANIZAÇÃO DO DIREITO PENAL: O USO DE MEDICAMENTOS À BASE DE CANNABINOIDES	1
PALESTRA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS COMO MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO	1
PALESTRA OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS	1
PALESTRA SÓ QUEM VIVE O TELETRABALHO É QUE SABE...	1
PALESTRA SOBRE LIMITES E PONTES: COMO GERENCIAR RELAÇÕES DE TRABALHO E EVITAR O ASSÉDIO MORAL	2
PALESTRA TELETRABALHO COM PJE É BOM E COM SAÚDE É AINDA MELHOR!	1
PALESTRA TEMPO PRA VIDA - O USO DAS HORAS NAQUILO QUE DE FATO IMPORTA	3
PALESTRA TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO POR MEIO DOS SINAIS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS PROVAS FORENSES	5
PALESTRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O JUDICIÁRIO E A LEI MARIA DA PENHA	2
PALESTRA VISÃO CONTEMPORÂNEA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	1


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

PALESTRA: POR PESSOAS, PARA PESSOAS - O DESAFIO DE SE ALCANÇAR RESULTADOS INSTITUCIONAIS	4
PÓS-GRADUAÇÃO AMAGIS - MÓDULO I - CIVIL/ PROCESSO CIVIL - TURMA II - NOTURNO	1
QUAL VERSÃO É A VERDADEIRA? (PSICOLOGIA DA TESTEMUNHA) E INICIAÇÃO/ANÁLISE DO PROFILING CRIMINAL	2
SEMINÁRIO DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRECEDENTES E SÚMULAS	2
TALK SHOW - LANÇANDO SABERES	2
V SEMINÁRIO DE JUSTIÇA CRIMINAL	1
VIII FÓRUM NACIONAL DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO - FONAMEC	4
WEBINAR EXPERIÊNCIAS SENSÍVEIS NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	17
WEBINAR TRANSFORMAÇÃO CULTURAL	1
WEBINÁRIO 2 - MINDSET: INOVAÇÃO E LIDERANÇA EMPREENDEDORA	2
Total Geral	556